

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2013 A 2016

(art. 14, § 1º, LRF)

INTRODUÇÃO

A presente projeção atende as seguintes determinações:

- a) O § 6º do art. 165 da Carta Magna da República Federativa do Brasil estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- b) O inciso II do art. 5º da LRF determina que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, conforme descrito na alínea “a” acima;
- c) Considerando que, no Distrito Federal, não há normativo próprio dispondo sobre a conceituação, a metodologia de cálculo e as orientações gerais sobre a forma de apuração dos benefícios de natureza creditícia e financeira regionalizados, utilizou-se, como base normativa, as instruções contidas na Portaria nº 379, de 13 de novembro de 2006, do Ministério da Fazenda, com as devidas adaptações associadas à realidade do Distrito Federal, onde se verifica:

“Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - benefícios ou subsídios financeiros, os desembolsos efetivos realizados por meio das equalizações de juros e preços, bem como a assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujos valores constam do orçamento da União;

II - benefícios ou subsídios creditícios são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, à taxa de juros inferior ao custo de captação do Governo Federal.”

- d) O art. 1º da Portaria/MF nº 57, de 27 de fevereiro de 2013, alterou o art. 3º da Portaria nº 379, de 13 de fevereiro de 2006, o qual passou a vigorar com a seguinte redação:

“Art 3º A elaboração do demonstrativo de que trata o art. 1º deverá observar o seguinte:

I - os benefícios creditícios e financeiros conceituados na forma do art 2º serão aqueles constantes do anexo metodológico desta Portaria.

II - a taxa de juros utilizada para o cálculo do custo de oportunidade do Tesouro Nacional, considerada na apuração dos benefícios creditícios, será definida em Portaria Ministerial..”

Nesse sentido, a presente Projeção foi elaborada com base nos dados extraídas do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, das informações fornecidas pelas unidades executoras, dos normativos descritos nas letras “a” a “d” acima, e observando o que segue:

- a. base: a dotação executada (empenhado até junho de 2013);
- b. projeção até 2016, utilizando-se o IPCA;
- c. as especificidades de cada um dos fundos; e
- d. a Taxa de Juros de mercado (Taxa Selic) de 9,00% a.a, (fonte BACEN – Ata da 177ª Reunião, realizada nos dias 28 e 29 de agosto de 2013);

RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS OS EXERCÍCIOS DE 2013 A 2016:

1) BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:

No âmbito do Governo do Distrito Federal, o gasto com benefícios creditícios tem origem nos quatro fundos, abaixo identificados, os quais têm por objetivo tornar mais acessíveis os recursos financeiros oferecidos pelos beneficiários a determinados segmentos da economia, com taxas de juros subsidiadas.

I) **O Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF**, criado pela Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, com a nova redação dada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 22.024, de 22 de março de 2001, e cuja operacionalidade foi alterada pelo Decreto nº 33.616, de 17 de abril de 2012, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, é a unidade responsável pela concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junto a instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal para os produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE, conforme requisitos estabelecidos.

A taxa de concessão de aval nas operações do FADF é de meio por cento do valor da garantia ofertada e pode ser alterada por ato do Conselho Administrativo e Gestor, conforme estabelecido no art. 6º da mencionada Lei que criou o FADF.

II) **O Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR**, criado pela Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2011, e regulamentada pelo Decreto nº 22.023, de 22 de março de 2001, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, é a Unidade responsável por financiar despesas com investimentos e custeio, com juros subsidiados para a área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Nos termos do art. 8º da Lei nº 2.653/2000, o benefício será destinado a projetos enquadrados no Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - PRÓ-RURAL/DF-RIDE, instituído pela Lei nº 2.499, de 7 de dezembro de 1999;

III) **O Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER**, criado pela Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 709, de 4 de agosto de 2005, as quais foram regulamentadas pelos Decretos nºs 25.745/2005, 26.109/2005, 28.215/2007, 32.309/2010 e 32.813/2011, vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho é a Unidade responsável por conceder apoio e financiamentos a empreendedores econômicos que possam incrementar os níveis de emprego e renda no Distrito Federal;

IV) **O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ**, instituído pelo art. nº 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, a qual sofreu várias alterações, conforme Lei nº 962, de 30 de novembro de 1995, e Lei nº 3.019, de 18 de julho de 2002, vinculado à Secretaria de Estado de Fazenda, disciplina os incentivos creditícios, previstos na Lei nº 409, de 16 de janeiro de 1993.

O Fundo tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a projetos públicos ou privados selecionados. Foi

regulamentado pelo Decreto nº 24.594 de 14 de maio de 2004, que disciplina os benefícios creditícios e o benefício especial para o desenvolvimento, previstos na Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003. O programa utiliza a estrutura do Banco de Brasília como agente financeiro.

Com a edição das Leis nºs 5.017 e 5.018, ambas de 18 de janeiro de 2013, a atuação do FUNDEFE deverá ser ampliada, pois as citadas Leis instituirão o “Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEIAS INDUSTRIAL” e o “Financiamento de Comércio e Serviços para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS”. Tais financiamentos têm por objetivo promover o apoio ao empreendimento produtivo do Distrito Federal e ampliação da capacidade da economia local na geração de negócios e de serviços e na efetiva geração de emprego e renda.

a) CUSTO DOS BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:

O quadro a seguir demonstra o custo dos recursos alocados para os benefícios creditícios até junho de 2013:

em R\$ 1,00

| PROGRAMA | EMPENHADO ATÉ JUN 2013 | TM | TJ | CO=1+(TM-TJ) | TBU = EXEC.2012 x CO |
|--|---------------------------|------|------|--------------|-------------------------|
| FUNDO DE AVAL (*) | 111.970 | 0,09 | 0,03 | 1,0600 | 118.688 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL | 886.829 | 0,09 | 0,04 | 1,0500 | 931.170 |
| FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA (**) | 2.869.573 | 0,09 | 0,04 | 1,0463 | 3.002.291 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF | 63.735.417 | 0,09 | 0,02 | 1,0700 | 68.196.896 |
| T O T A I S | 67.603.789 | | | | 72.249.045 |

ONDE:

TM = Taxa de Juros de Mercado (TAXA SELIC)

TJ = Taxa Juros do Fundo

TBU = Total do Benefício por Unidade

CO = Custo de Oportunidade

EXEC. = Empenhado até junho de 2013

| (*) Tx. FUNGER | VALOR |
|-----------------------------|---------|
| Cap. De Giro TJLP + 1,5% aa | 6,5000 |
| Investimento TJLP + 1,0% aa | 6,0000 |
| Investimento Rural 3% aa | 3,0000 |
| Custeio Rural 3% aa | 2,0000 |
| Total | 17,5000 |
| Média | 0,0438 |

b) REGIONALIZAÇÃO:

A regionalização desses recursos no Distrito Federal esta representada no quadro a seguir, posição 30 de junho de 2013:

em R\$ 1,00

| LOCALIDADE | FADF (*) | | FDRDF | | FUNGER | | FUNDEFE (**) | |
|--------------------|----------|----------------|-----------|----------------|------------|------------------|--------------|-------------------|
| | QDE | VLR | QDE | VLR | QDE | VLR | QDE | VLR |
| Plano Piloto | 0 | 0 | 1 | 92.942 | 18 | 116.011 | 5 | 41.080.941 |
| Gama | 0 | 0 | 0 | 0 | 60 | 445.046 | 0 | 0 |
| Taguatinga | 0 | 0 | 0 | 0 | 65 | 476.090 | 4 | 28.145.095 |
| Brazlândia | 0 | 0 | 2 | 204.645 | 22 | 68.872 | 0 | 0 |
| Sobradinho | 0 | 0 | 0 | 0 | 95 | 541.352 | 1 | 438.267 |
| Planaltina | 0 | 0 | 7 | 436.669 | 48 | 538.723 | 0 | 0 |
| Paranoá | 0 | 0 | 3 | 196.915 | 15 | 46.648 | 0 | 0 |
| Núcleo Bandeirante | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 7.451 | 0 | 0 |
| Ceilândia | 0 | 0 | 0 | 0 | 74 | 309.053 | 0 | 0 |
| Guará | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 61.100 | 1 | 867.169 |
| Cruzeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 24.601 | 0 | 0 |
| Samambaia | 0 | 0 | 0 | 0 | 32 | 89.089 | 0 | 0 |
| Santa Maria | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 62.588 | 3 | 24.623.904 |
| São Sebastião | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 57.568 | 0 | 0 |
| Recanto das Emas | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 | 64.373 | 0 | 0 |
| Lago Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Riacho Fundo | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 19.155 | 0 | 0 |
| Lago Norte | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.930 | 0 | 0 |
| Candangolândia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Águas Claras | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 13.948 | 2 | 5.332.126 |
| Riacho Fundo II | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 17.579 | 0 | 0 |
| Sudoeste | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 115.555 |
| Varjão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Park Way | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6.322 | 0 | 0 |
| Setor Complementar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sobradinho II | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Jardim Botânico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Itapoã | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Setor de Industria | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 33.794 | 5 | 15.998.231 |
| Vicente Pires | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vila Estrutural | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fercal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Distrito Federal | 0 | 118.688 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros Estados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 0 | 118.688 | 14 | 931.170 | 506 | 3.002.291 | 24 | 68.196.896 |

(**) Distribuição da quantidade e do valor Empenhado pela Unidade foi distribuído proporcionalmente.

(*) O montante empenhado pelo Fundo de Aval do Distrito Federal é a favor do Banco de Brasília destinado a cobrir garantias futuras.

O quadro abaixo mostra o volume da renúncia de benefícios creditícios posição em 30 de junho de 2013. A distribuição por setor beneficiado apesar da subjetividade e da diversidade de concepções na discussão teórica, setores da sociedade distrital são beneficiados, permitindo retorno, relacionados à geração de emprego e renda.

c) DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR SETOR BENEFICIADO:

em R\$ 1,00

| SETOR BENEFICIADO | FADF | FDRDF | FUNGER | FUNDEFE |
|-------------------|----------------|----------------|------------------|-------------------|
| Industria | 0 | 0 | 266.090 | 18.509.210 |
| Comércio | 0 | 0 | 1.594.117 | 3.685.237 |
| Serviços | 0 | 0 | 614.491 | 45.980.504 |
| Agropecuária | 118.688 | 931.170 | 527.593 | 0 |
| Produção de Bens | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 118.688 | 931.170 | 3.002.291 | 68.196.896 |

d) PROJEÇÃO DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS – 2013 a 2016

em R\$ 1,00

| ANO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| IPCA | | 1,035 | 1,0354 | 1,0534 |
| FUNDO DE AVAL (*) | 237.376 | 491.369 | 508.763 | 535.931 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL | 1.862.341 | 3.855.046 | 3.991.514 | 4.204.661 |
| FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA | 6.004.581 | 12.429.483 | 12.869.486 | 13.556.717 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF | 136.393.792 | 282.335.150 | 292.329.815 | 307.940.227 |
| T O T A I S | 144.498.091 | 299.111.047 | 309.701.594 | 326.239.553 |

Fonte IPCA: BACEN

Valores da coluna TBU do quadro contido na alínea “a”, deste instrumento, compõe a base para a **PROJEÇÃO DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS – 2013 a 2016**, sendo que para a projeção de 2013 os valores foram duplicados uma vez a base reflete o Empenhado até 30 de junho de 2013 e para os demais exercícios foi utilizado o IPCA.

e) RESULTADOS

em R\$ 1,00

| UNIDADES | EMPREGOS GERADOS | | | | VALOR DA RENUNCIA | | | |
|------------------------------------|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| FUNDO DE AVAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 237.376 | 491.369 | 508.763 | 535.931 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL | 522 | 1081 | 1119 | 1179 | 1.862.341 | 3.855.046 | 3.991.514 | 4.204.661 |
| FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA | 670 | 1387 | 1436 | 1513 | 6.004.581 | 12.429.483 | 12.869.486 | 13.556.717 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF (*) | 120 | 248 | 257 | 271 | 136.393.792 | 282.335.150 | 292.329.815 | 307.940.227 |
| T O T A I S | 1.312 | 2.716 | 2.812 | 2.962 | 144.498.091 | 299.111.047 | 309.699.578 | 326.237.536 |

Na tabela e) RESULTADOS, constam os valores dos Benefícios Creditícios projetados com base nos valores da Renúncia efetivamente realizada e os respectivos quantitativos de empregos gerados, até junho de 2013.

A seguir, é apresentado um quadro RESUMO onde demonstra a Projeção por exercício, do montante da renúncia e a previsão do quantitativo de empregos gerados:

f) RESUMO:

em R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | VALOR APLICADO | EMPREGOS GERADOS |
|-----------|----------------|------------------|
| 2013 | 144.498.091 | 1.312 |
| 2014 | 299.111.047 | 2.716 |
| 2015 | 309.699.578 | 2.812 |
| 2016 | 326.237.536 | 2.962 |

Com base nas projeções, é possível verificar que a previsão do incremento nos postos de trabalho, em decorrência das concessões das renúncias aos Beneficiários Creditícios com recursos dos fundos, nos setores: Industrial, Comércio, Serviços, Agropecuário e de Produção de Bens, ao final do exercício, representará para cada emprego gerado, em média um investimento da ordem de R\$ 110.135,74.

2) BENEFÍCIOS FINANCEIROS:

Com relação aos Benefícios de Natureza Financeira, deixamos de fazer constar deste documento as considerações técnicas sobre a execução até que se cumpra o contido no “item 11” do Relatório nº 05/2013, DIFIS/CONEP/CONT/STC, da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, que trata da Avaliação da relação do custo/benefício das renúncias de receitas e dos incentivos, remissões, parcelamentos de dívidas, anistias, isenções, subsídios, benefícios e afins de natureza financeira, tributária, creditícia e outros, relativamente ao exercício de 2012”, datado de 16 de março de 2013, que assim contextualiza:

“Todos os benefícios sociais constantes da Tabela 22, estimados na LDO como renúncia de benefícios financeiros, não se referem a “desembolsos efetivos realizados por meio de equalizações de juros e preços”, nem a “assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro distrital”; e, ainda, não são “dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais, bem como dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais”. Dessa forma, carecem de definições próprias no âmbito distrital para fins de cumprimento das legislações aplicáveis;”.